

- ▶ **21/3** - Plenária do Coletivo de Funcionários
- ▶ **11/4** - Plenária do Coletivo de Funcionários

# Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprova texto do PL que cria o piso nacional dos funcionários de escolas

**E**m uma vitória que mostra a força da mobilização dos funcionários das escolas e das entidades representativas dos direitos destes trabalhadores da Educação, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 9 de dezembro, em caráter conclusivo, o piso salarial nacional para profissionais da área técnica, operacional e administrativa da educação básica pública.

O Projeto de Lei 2531/2021 agora segue para votação no Senado e caso seja aprovado, prevê que os funcionários e técnicos de escolas passarão a receber 75% do piso salarial dos professores.

A Secretaria de Funcionários do Sepe saúda a aprovação na CCJ, muito aguardada pelo conjunto deste segmento dos profissionais de Educação. Ao longo dos últimos anos, o Sepe marcou presença em Brasília, participando de atos promovidos pela CNTE e pelas demais entidades representativas dos educadores, além de atividades de convencimento dos parlamentares do Congresso sobre a justa reivindicação

da criação do piso nacional dos funcionários da Educação Pública.

Agora, a mobilização tem que continuar para que o PL 2531/2021 seja aprovado pelo plenário do Senado Federal. ■

## Piso é reivindicação histórica da categoria

**Piso do  
Magistério**

**R\$ 4.867,77**

**Piso dos  
funcionários**

**R\$ 3.650,78**

O Projeto de Lei 2531 estabelece que o piso salarial dos funcionários represente 75% do piso do Magistério. Com base no valor atual de R\$ 4.867,77, o piso para funcionários seria de R\$ 3.650,78, para jornada de 40 horas semanais.

## PL JÁ FOI APROVADO EM CINCO COMISSÕES DA CÂMARA

O PL já foi aprovado de forma unânime em cinco comissões: Comissão de Educação; Comissão de Administração e Serviço Público; Comissão de Trabalho; Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Com a aprovação da CCJC irá direto para o Senado Federal.

O prazo para apresentação de

emendas ao projeto já se encerrou, sem que nenhuma emenda tenha sido registrada, o que reforça a coesão e o consenso em torno do tema.

No dia 04/12, a comissão realizou uma Audiência Pública, com a participação da Secretaria de Funcionários da CNTE, confederação à qual o Sepe é filiado. A audiência pode ser vista pelo QR Code ao lado. ■

**VÍDEO:** Audiência pública na Câmara dos Deputados



# Sepe entrou na Justiça contra prefeitura do Rio de Janeiro por adoecimento de merendeiras

O Sepe entrou com uma ação judicial em que denuncia o adoecimento em massa de merendeiras escolares da rede municipal do Rio de Janeiro, devido às condições precárias de trabalho. Em cumprimento à decisão da juíza da 6ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital, Aline Maria Gomes Massoni da Costa, o município do Rio de Janeiro foi devidamente citado. Após a contestação do prefeito, o processo seguiu para o Ministério Público. Segundo o Jurídico do Sepe, como se trata de uma ação complexa sobre condições de trabalho e adoecimento em massa, temos ainda um longo caminho a percorrer.

Na ação, o Sepe denuncia a precarização do trabalho das merendeiras, que provoca problemas ortopédicos; lesões por esforços repetitivos (LER); problemas cardiovasculares; problemas dermatológicos; problemas ginecológicos; alterações de comportamento e adoecimento mental. ■



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro  
Comarca da Capital  
6ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital

Av. ERASMO BRAGA, 115, SALAS 411 E 413, LAMINAL 4 ANDAR - Bairro: Centro - CEP: 20010-020 - Fone: (21) 3133-2999 - Email: cap06faz@tjrr.jus.br

AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 3008199-78.2025.8.19.0001/RJ

AUTOR: SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

RÉU: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

## DESPACHO/DECISÃO

1- Trata-se de Ação Civil Pública movida pelo SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO - SEPE/RJ em face do MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, em que se pretende, em suma, o reconhecimento das precárias condições de trabalho e do adoecimento em massa das Merendeiras Censuradas da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

Não há pedido liminar nos autos.

A princípio, não há adiamento de costas, com fulcro no art. 18 da Lei 7.347/85.

2- CITE-SE, valendo a presente decisão como MANDADO JUDICIAL DE CITACÃO.

3- Após, DÊ-SE vista ao MP, nos termos do §1º, art. 5º da Lei 7.347/85.

Documento assinado eletronicamente por ALINE MARIA GOMES MASSONI DA COSTA, Juíza de Direito, em 01/08/2025, às 17:03:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://epros.tjrr.jus.br/procex/consultar.php?acao=consulta\\_autenticidade\\_documento](http://epros.tjrr.jus.br/procex/consultar.php?acao=consulta_autenticidade_documento), informando o código verificador 190000560192 e o código CRC 64C20042.

3008199-78.2025.8.19.0001

190000560192\_V2

Capa do processo do Sepe processo nº 3008199-78.2025.8.19.0001 contra o adoecimento das merendeiras da rede municipal do Rio

## Pressão da categoria obriga prefeito de Petrópolis revogar decreto que acabava com 1.323 cargos

Após muita luta dos profissionais, a Prefeitura de Petrópolis revogou o Decreto 555/2023, que extinguiu 1.323 cargos vagos na administração municipal, sendo 931 na SME. Entre eles, funções como cozinheiro, auxiliar de serviços gerais, cuidador escolar, inspetor de disciplina, intérprete e instrutor de Libras foram eliminadas. O decreto também impede novos concursos para esses cargos, determina que vagas que venham a ficar desocupadas serão

automaticamente extintas e transfere a execução dessas funções para terceirizações via licitação.

O Sepe Petrópolis sempre esteve à frente dessa luta, tendo criticado duramente a medida, pois a extinção dos cargos precariza os serviços públicos, viola princípios constitucionais e contradiz compromissos assumidos pelo governo municipal em negociações anteriores — que incluíam a realização de concursos públicos. ■

## Sindicato no ato em Brasília contra a Reforma Administrativa



Delegação do Sepe com dezenas de profissionais foi a Brasília participar do ato nacional contra a reforma administrativa convocado pela CNTE, confederação à qual o Sepe é filiado, em 29/10.



# Secretaria de Funcionários do Sepe mobilizada na luta dos funcionários ex-FAEP

**D**epois de muita pressão dos funcionários ex-FAEP e do Sepe, em 2025, a SEEDUC iniciou a reestruturação dos valores dos triênios e gratificações daqueles servidores, com a atualização dos vencimentos.

Após essa vitória, a Secretaria de Funcionários do Sepe realizou, em outubro, uma plenária online desse segmento de servidores, em que foram apontadas algumas distorções que, mesmo com a efetivação da reestruturação salarial encaminhada pela SEEDUC, teriam que ser corrigidas; também foram discutidos os rumos que a luta deverá seguir, principalmente após o posicionamento do presidente da FAETEC contra a migração dos ex-FAEPs para aquela instituição e contra a própria reestruturação salarial.

Na plenária, a discussão principal se deu sobre a reivindicação principal dos funcionários ex-FAEP, que hoje atuam nas unidades escolares da rede estadual e reivindicam a migração para a FAETEC.

Principais pontos discutidos na plenária dos ex-FAEPs, para entrar na pauta de reivindicações:

1 – Incorporação do valor adicional no piso, já que entrou como forma de gratificação, não alterando os valores recebidos no 13º, 1/3 de férias e aposentadoria;

2 – Manter o escalonamento do piso para os diferentes níveis de formação;

3 – Isonomia salarial com os funcionários lotados na FAETEC, implementando na carreira desses funcionários o plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) da FAETEC;

4 – Organizar um Grupo de Trabalho para elaboração de um PCCS;

5 – Encaminhar uma pesquisa jurídica sobre o processo de isonomia salarial e implementação do Plano de Carreira da FAETEC e reconhecimento do vínculo com funcionários da FAEP com a FAETEC;

A Secretaria de Funcionários do Sepe atua nas muitas frentes de luta, com o objetivo de conquistar uma resolução para a situação dos ex-FAEP, corrigindo, dessa forma, o histórico de abandono, precarização e desvalorização dos funcionários administrativos do segmento. ■



O Coletivo de Funcionários do Sepe teve, em 2025, um ano muito ativo, com reuniões mensais em que a mobilização da categoria foi discutida, tendo em vista várias reivindicações fundamentais: migração dos ex-FAEPs para a FAETEC, denúncias contra o adoecimento das merendeiras do município, luta pela aprovação do PL 2531 que cria o piso nacional do funcionário administrativo, entre outras. Na foto, a reunião do Coletivo realizada na sede do sindicato no dia 9 de agosto.

# Senado aprova PL 2387, que reconhece auxiliares da educação infantil como parte do magistério

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO

**E**m uma conquista histórica, o plenário do Senado aprovou no dia 10 de dezembro o Projeto de Lei 2.387/2023, que inclui auxiliares da educação infantil entre os profissionais do magistério. O texto segue agora para a sanção do presidente Lula e se a inclusão for confirmada, os professores e professoras que atuam em creches, por exemplo, terão direito ao piso salarial nacional e ao enquadramento em planos de carreira.

A proposta define que são professores da educação infantil (voltada a crianças de zero a cinco anos) aqueles que exerçam docência e tenham sido aprovados em concurso público, independentemente da designação do cargo que ocupam. O texto determina que esses profissionais devem ter formação mínima em nível médio (magistério) ou curso de nível superior. O texto reconhece que as atividades de cuidar, brincar e educar fazem parte da prática pedagógica na



A senadora Dorinha Seabra (União-TO), a deputada Professora Luciene Cavalcante (PSOL-SP) e o senador Flávio Arns (PSB-PR)

educação infantil e devem ser valorizadas como tal.

A autora do projeto, aprovado pela Câmara dos Deputados em 2024, é a deputada federal Professora Luciene Cavalcante (PSOL-SP). Uma das relatorias foi a senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO). ■



Leia o texto do Projeto de Lei:  
[bit.ly/4pZpixs](https://bit.ly/4pZpixs)

## NO MESMO DIA, SENADO TAMBÉM APROVA PEC 169/19, QUE POSSIBILITA ACUMULAÇÃO COM CARGO DE PROFESSOR

**A** PEC 169/2019 teve seu texto aprovado no dia 10/12 no Plenário do Senado e seguiu para sanção presidencial. A proposta altera o artigo 37 da Constituição, ampliando a possibilidade de acumulação remunerada de cargos: permite que um docente ocupe, além da função de professor, outro cargo público de "qualquer natureza", desde que respeitados a compatibilidade de horários e o teto remuneratório previsto pela Constituição. Um funcio-

nário administrativo poderá ter outra matrícula de professor, por exemplo.

A Secretaria de Funcionários do Sepe está iniciando o debate a respeito e chamará a categoria a participar. A Secretaria entende o posicionamento do coletivo estadual que agrega na luta todos os funcionários administrativos, técnicos e operacionais da rede estadual e de todas as redes municipais que tem especial interesse na promoção do debate sobre o tema. ■

DESCRIÇÃO	RESULTADO
Altera o art. 37 da Constituição Federal para permitir a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro de qualquer natureza.	SIM 66 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0 PRESIDENTE 1 QUORUM 67 Votação Aberta Quorum Qualificado

Placar eletrônico do Senado



SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO  
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,  
Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040  
Recepção: (21) 2195-0450.  
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457/0458  
(Agendar atendimento, 11h às 16h).

[www.seperj.org.br](http://www.seperj.org.br)

[instagram.com/sepe\\_rj](https://www.instagram.com/sepe_rj)  
 [facebook.com/Seperj](https://www.facebook.com/Seperj)  
 [youtube.com/SepeRJoficial](https://www.youtube.com/SepeRJoficial)  
 [twitter.com/RjSepe](https://twitter.com/RjSepe)



Sindicalize-se